



Proposta de revisão dos regulamentos do gás natural

Período regulatório 2016-2019

Audição pública

Lisboa, 14 janeiro 2016

Tagusgás - atividade

❑ **Distritos de Santarém e Portalegre** (15% território nacional continental)

❑ **Pequena distribuidora independente e integrada**

- Operador de distribuição

34.719 pontos de abastecimento

845 km de rede de distribuição

- Comercializador de ultimo recurso

10.005 clientes

Atividade integrada na ORD



❑ **Empresa jovem no contexto do SNGN**

- 14% penetração segmento doméstico

- Elevado potencial de novos clientes industriais

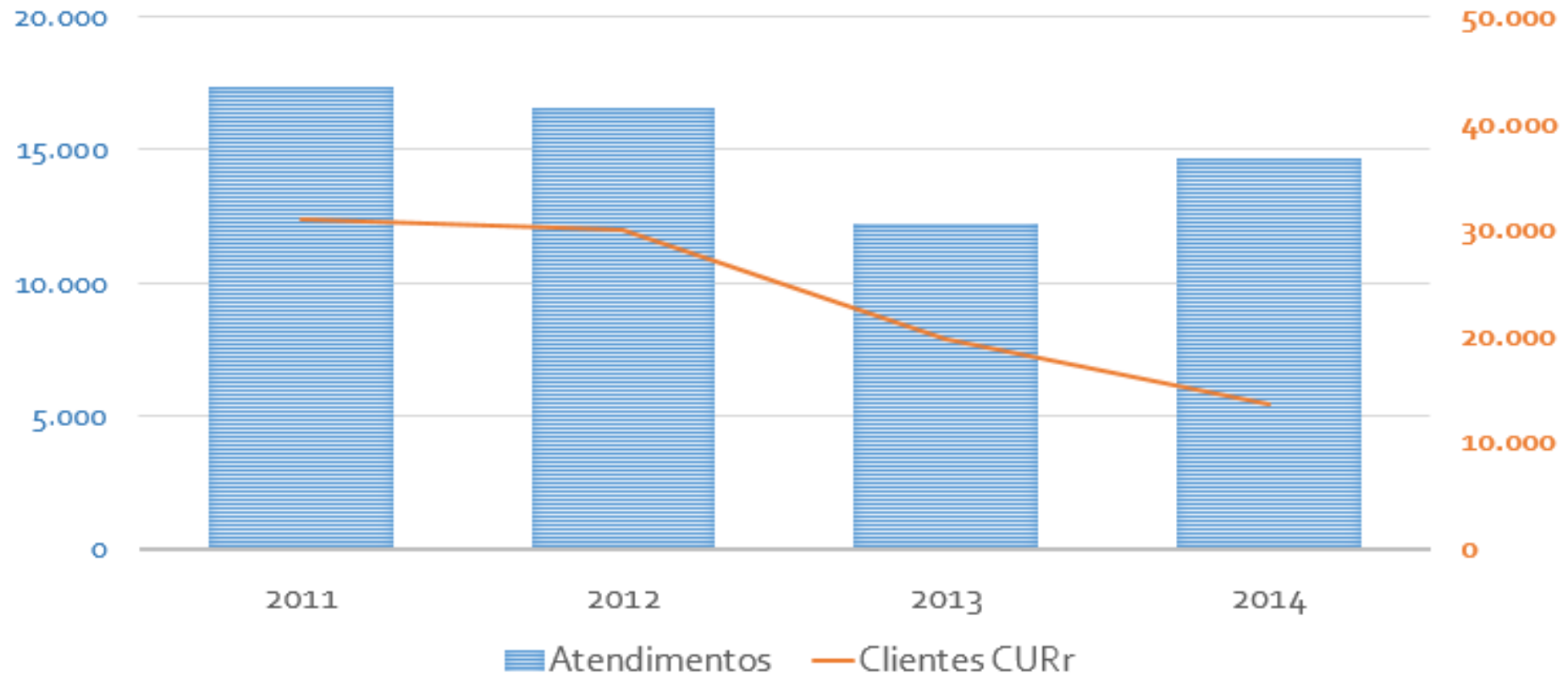


Tagusgás 2014

- ❑ 2,7% consumidores;
- ❑ 5,7 % gás natural distribuído;
- ❑ 42 MWh por ponto de abastecimento;



Tagusgás – qualidade de serviço

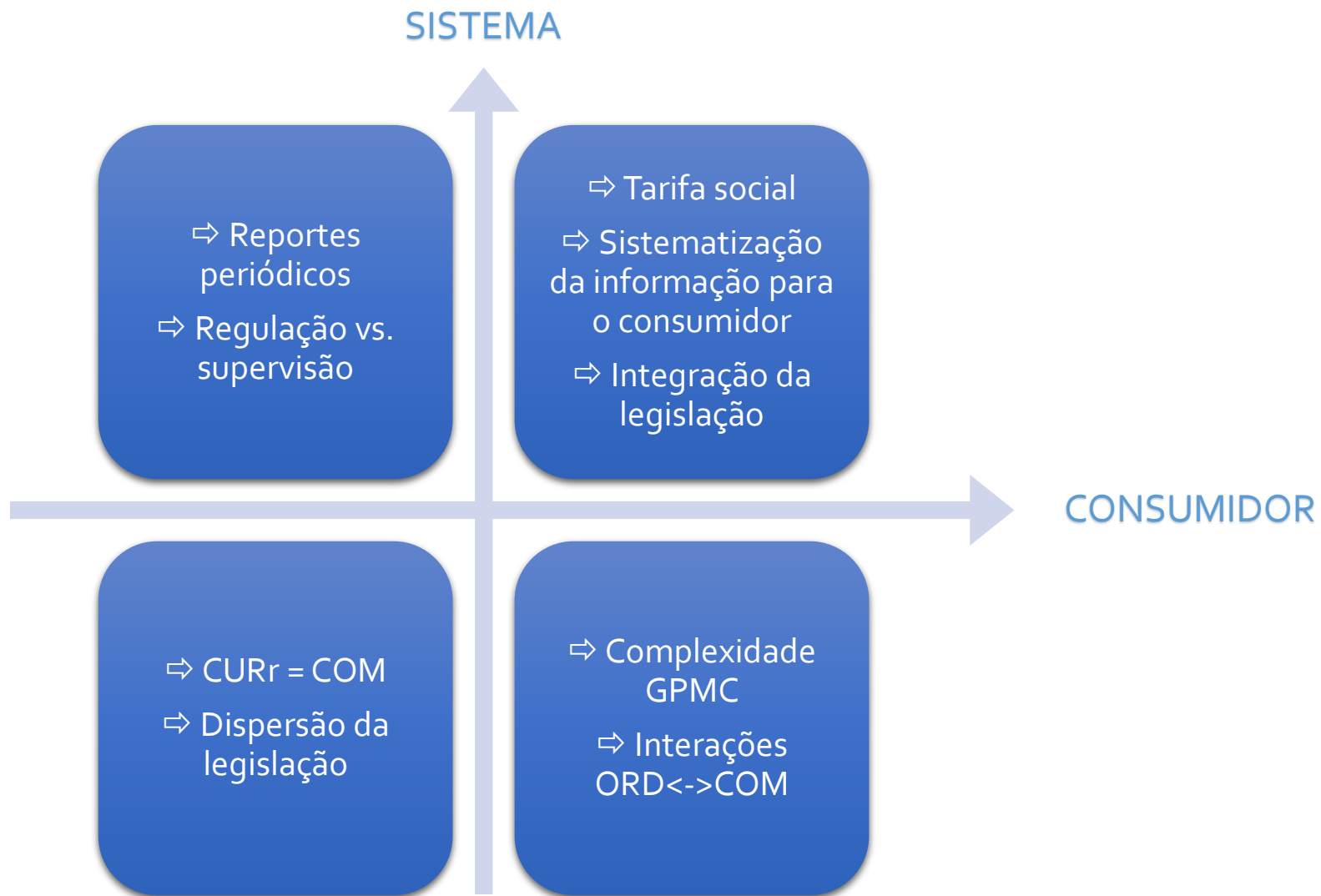


Proposta de revisão dos regulamentos do gás natural

- Revisão e adequação dos regulamentos
 - Integração da legislação
 - Padrões de atuação
 - Foco no consumidor final e qualidade de serviço
 - Regulação e supervisão
- Omissões e Esclarecimentos Adicionais
 - Relação custo-benefício do aumento da qualidade de serviço



Proposta de revisão dos regulamentos do gás natural



Proposta de revisão dos regulamentos do gás natural

RARII

- Integração de informação
 - Mecanismos de capacidade (984/2013)
 - Compensação das redes de transporte de gás (312/2014)
 - Interoperabilidade e regras de intercâmbio de dados (703/2015)
- Manual de procedimentos – não publicado;
- Supervisão dos projetos de investimento;
- Ajustamento para perdas e autoconsumos – por clarificar;
- Ausência ou não atualização de documentos complementares que não permitem analisar o impacto das alterações propostas.

ROI

- Integração das disposições associadas à gestão diária da RPGN;
- Integração das principais alterações no código rede - Compensação das redes de transporte de gás (312/2014), com o estabelecimento dos três tipos de medições, e a criação de uma nova entidade que realizará previsões das medições não diárias no d-1;
- Ausência ou não atualização de documentos complementares que não permitem analisar o impacto das alterações propostas.



Proposta de revisão dos regulamentos do gás natural

RRC

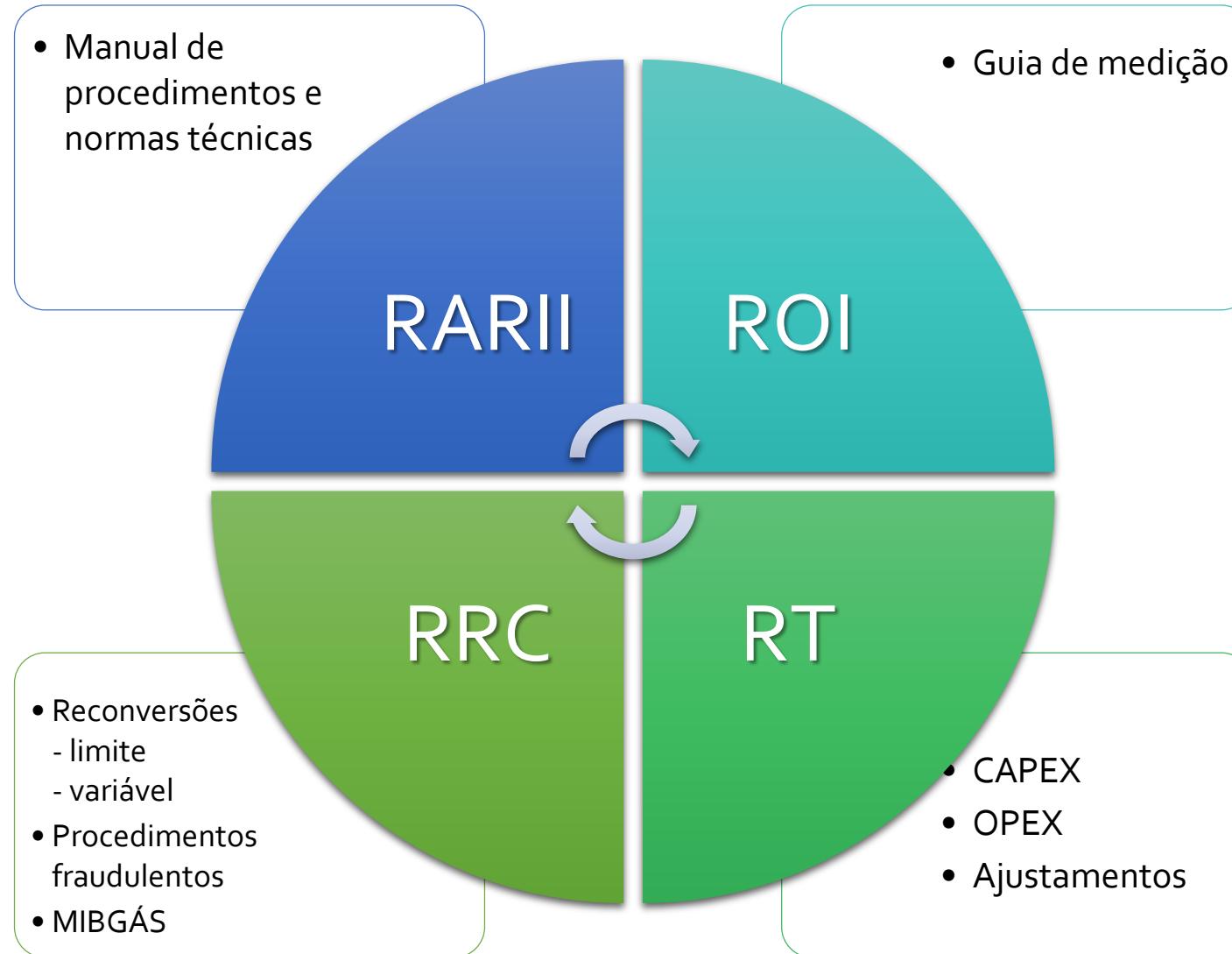
- Ofertas comerciais - condições e ficha padronizada;
- Períodos de fidelização de contratos;
- Prestação de cauções – extensível a COM's;
- Tarifa social – novos reportes trimestrais;
- Fatura - sistematização da informação;
- Acertos de faturação – formalização de diretiva 17/2013;
- Conversões e reconversões;
- Cortes sem aviso prévio por fraude e não pagamento;
- Prazo para rescisões e levantamentos de contador – revisão;
- Interações COM-ORD (comunicação de leituras);
- GPMC - mecanismo de cobrança da fatura de fecho;
- GPMC - interrupção de fornecimento por ordem da CURr;
- Comercializadores – novos reportes sobre fornecimento.

RT

- Tarifa social – Obrigatoriedade de aplicação e de diferenciação perante outros descontos;
- PP's – alteração de fórmula de cálculo de OPEX CURr com introdução de variável “custos não controláveis”;
- PP's – introdução do custo de referência da atividade de comercialização;
- Ajustamentos da distribuição indexado à evolução da procura?
- Operações intragrupo – alterações de reporte;
- CURr – Eliminação do proveito diferencial entre PMR e PMP;
- Relatório ASECE – eliminação de isenções previstas.



Necessidades de esclarecimentos e regulamentação complementar



Notas finais

Gestão de recursos

- Sistemas de informação
- Recursos humanos

Envolvimento da entidade reguladora – grupos de trabalho

Desenvolvimento de infraestruturas

Legislação – integração da informação

